



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Programa de Unidade Curricular

- Ano Lectivo 2007/2008 –

Faculdade

Direito

Licenciatura

Solicitadoria

Unidade Curricular

Teoria da Lei Penal

Ano: 2.º

Tipo: 2.º Semestre

Nº ECTS: 6

Regentes

Prof. Doutor Augusto Manuel Gomes da Silva Dias

Mestre Maria da Conceição Santana Valdágua

Assistente

Dr. João António Severino Raposo

Carga Horária Lectiva Semanal

Aulas Teóricas: 2

Aulas Práticas: 1

Orientação Tutorial: 1

Língua de Ensino

Português

Objectivos Gerais

Promover e incentivar o desenvolvimento das capacidades de investigação, análise, reflexão, crítica, decisão e exposição por parte do aluno, bem como as suas capacidades de aplicação prática dos conhecimentos adquiridos e ainda o seu sentido ético e de justiça material.

Objectivos Específicos

Possibilitar ao aluno a obtenção de conhecimentos teóricos e práticos que o habilitem a:

- a) compreender os princípios, conceitos e institutos fundamentais do direito penal;
- b) compreender e avaliar criticamente as posições doutrinárias e jurisprudenciais sobre os diversos problemas da teoria da lei penal;



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

c) proceder à análise científica e à resolução prática fundamentada dos casos concretos no quadro do sistema constitucional-penal português.

Competências a adquirir

Saber identificar (do ponto de vista formal e material) o ilícito penal nos quadros mais amplos do direito sancionatório;
Saber identificar e formular, a partir dos casos concretos, os específicos problemas jurídico-penais suscitados;
Saber encontrar, interpretar e utilizar na resolução dos casos concretos o quadro de princípios e normas relevantes;

Metodologia de Ensino

Privilegiar-se-á o ensino dirigido à problematização, discussão e resolução fundamentada de casos concretos, preferencialmente recolhidos através do recurso às bases de dados de jurisprudência dos tribunais superiores disponíveis na Internet.

Programa da Unidade Curricular / Conteúdo programático

PARTE I

INTRODUÇÃO AO DIREITO PENAL

I. Noções básicas

1. O conceito de Direito Penal

1.1. Direito Penal em sentido estrito e Direito Penal em sentido amplo. As ciências criminais.

1.2. Parte geral e parte especial do Direito Penal.

1.3. Direito Penal nuclear e Direito Penal complementar ou secundário.

2. A localização do Direito Penal no ordenamento jurídico

2.1. O Direito Penal como ramo do Direito Público.

2.2. Autonomia e dependência do Direito Penal relativamente a outros ramos do

Direito.

II. Fundamento e funções da intervenção penal do Estado

1. O conceito de crime

1.1. O conceito formal de crime.

1.2. O conceito material de crime e as funções do Direito Penal.

1.3. A teoria do bem jurídico

1.4. «Merecimento de pena» e «necessidade da pena» e a natureza subsidiária da intervenção penal.

2. O conceito de pena.

2.1. Os fins das penas.

2.2. O problema no Direito Penal português vigente.

III. Limites à intervenção penal do Estado: os princípios de garantia com incidência penal.

1. O princípio da subsidiariedade e a natureza do Direito Penal como ultima «ratio» de defesa da sociedade.

2. O princípio da culpa.

3. O princípio da proporcionalidade.

4. O princípio do «facto».

5. Os princípios da tolerância e da humanidade.



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

6. O princípio da legalidade.

PARTE II

TEORIA DA LEI PENAL

I. Breve história da legislação penal portuguesa

II. As fontes do Direito Penal português

1. A lei: o princípio constitucional da reserva de lei («nullum crimen, nulla poena sine lege scripta»).

2. O papel do costume, da jurisprudência e da doutrina.

III. A interpretação da lei penal

1. A interpretação da lei penal no contexto da teoria geral da interpretação.

2. Os limites da interpretação e o problema da analogia («nullum crimen, nulla poena sine lege stricta»).

3. Os limites da interpretação e as exigências de certeza e de precisão da lei penal («nullum crimen, nulla poena sine lege certa»).

IV. Âmbito de aplicação temporal da lei penal

1. O princípio da não retroactividade da lei penal («nullum crimen, nulla poena sine lege previa») e a aplicação retroactiva da lei penal mais favorável.

2. A questão das leis penais temporárias e de emergência (artº2 nº3 do CP).

3. A determinação do momento da prática do facto (artº3 do CP).

V. Âmbito de aplicação espacial da lei penal

VI. Âmbito de aplicação pessoal da lei penal

Bibliografia Principal

Autor(es)

Dias, Jorge de Figueiredo

Título

Direito Penal. Parte Geral. Tomo I. Questões Fundamentais. A doutrina Geral do Crime.

Edição

2.^a

Local

Coimbra

Editora

Coimbra editora

Ano

2007

Autor(es)

Carvalho, Taipa de



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Título

Direito Penal. Parte Geral. Questões Fundamentais.

Edição

1.^a

Local

Porto

Editora

Publicações Universidade Católica

Ano

2003

Bibliografia Complementar

Autor(es)

Ferreira, Cavaleiro de

Título

Direito Penal Português.

Edição

1.^a

Local

Lisboa

Editora

Verbo

Ano

1981

Autor(es)

Roxin, Claus,

Título

Strafrecht - Allgemeine Teil, Bd.I, (trad. cast. da 2^a ed., Derecho Penal - Parte General, t.I, ed. Civitas, Madrid, 1997).

Edição

3.^a



UNIVERSIDADE LUSÍADA DE LISBOA

Local

München

Editora

Beck

Ano

1997

Metodologia de Avaliação Contínua / Elementos relevantes

Os elementos de avaliação serão os determinados ou a determinar no Regulamento de Avaliação da Universidade Lusíada.

Recursos Didáticos

Constituição da República Portuguesa,
Código Penal,
Outras leis avulsas em matéria penal,
Manuais e outros textos doutrinários,
Jurisprudência Penal,
Powerpoint,
Internet

Palavras-chave

Conceito de Crime - Fins da pena - Legalidade penal - Medidas de segurança